



Justiça Federal em MT participa do 1º Mutirão da Justiça Comunitária

No último sábado, dia 4 de março, a Subseção Judiciária de Rondonópolis/MT (SSJROO) participou do 1º Mutirão da Justiça Comunitária, promovido pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), na Escola Municipal Bonifácio Sachetti, Parque São Jorge, em Rondonópolis. O convite para a ação foi feito pela juíza de direito Maria Mazarello Farias Pinto, da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Rondonópolis/MT.

O evento contou com participação de várias entidades públicas e privadas, dentre as quais, a Polícia Rodoviária Federal, o Departamento de Trânsito da região, a Defensoria Pública, a Justiça do Trabalho, o Ministério Público do estado, a Ordem dos Advogados, médicos, dentistas e enfermeiros que ofereceram 160 atendimentos à população local.

A Justiça Federal colocou à disposição do evento 14 servidores e dois colaboradores terceirizados para prestarem esclarecimentos sobre os processos já ajuizados e sobre os benefícios previdenciários e assistenciais, além de agendarem horários para atendimento na atermagem do Juizado Especial Federal. Também foram distribuídos panfletos com informações a respeito dos serviços prestados na JF.

Confira a íntegra dessa matéria no portal do Tribunal, em "Notícias".

Com informações da Secos/SJAP.

Confira os destaques do Primeira Região na Web

O resultado final do Selo Estratégia em Ação; a comemoração do Dia Internacional da Mulher no TRF1 e a ampliação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) na Seção Judiciária do Amapá são os destaques do Primeira Região na Web desta semana.

O link do programa foi enviado por e-mail a todo o corpo funcional da Primeira Região. Esta e as edições anteriores estão disponíveis no portal do Tribunal em "Comunicação Social/Imprensa/Primeira Região na Web".

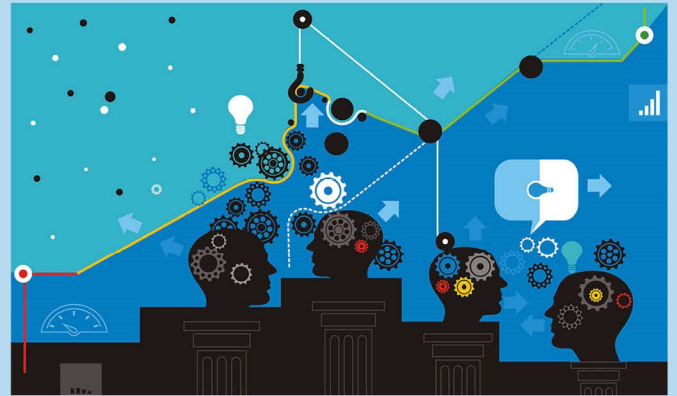
Caso haja dificuldade para acessar o programa, envie e-mail para primeiraregionaweb@trf1.jus.br.

SJAP registra primeira ação distribuída pelo PJe

A Seção Judiciária do Amapá (SJAP) registrou, no dia 8 de março, a primeira ação distribuída pelo Processo Judicial Eletrônico (PJe) na classe processual cível objeto da expansão, em vigor desde segunda-feira (6 de março) na Seccional. O acontecimento é um marco que dá início a outra etapa na inovação processual, garantindo aos jurisdicionados maior celeridade, segurança e acesso à justiça e, também, diminuindo a necessidade de advogados, procuradores e defensores públicos comparecerem à unidade judiciária, pois o PJe permite o peticionamento a distância.

Com informações da Secos/SJAP.

Conheça a página da Gestão do Conhecimento na Intranet



O Comitê Multidisciplinar de Gestão do Conhecimento (Cogecon-TRF1) comunica aos magistrados e servidores da Justiça Federal da Primeira Região que se encontra disponível, via intranet, a página da Gestão do Conhecimento.

Desenvolvida com objetivo de informar e divulgar os serviços realizados em prol da Gestão do Conhecimento em toda a Primeira Região, a página oferece acesso ao Banco de Boas Práticas e Boas Ideias, em que são apresentados processos de trabalho inovadores desenvolvidos pelos magistrados e servidores, que mostram retorno positivo à Justiça Federal das ações realizadas.

O Cogecon-TFR1 informa, também, que as reuniões de alinhamento, via videoconferência, com os comitês das seções judiciárias já estão sendo realizadas.

Justiça Federal no Piauí beneficia cerca de três mil famílias por meio da conciliação

No dia 23 de fevereiro de 2017, a Justiça Federal no Piauí, por meio do Centro de Conciliação em Políticas Públicas (CEJUC), coordenado pela juíza federal Marina Rocha Cavalcanti Barros Mendes, realizou audiência de conciliação com o objetivo de solucionar o problema da falta de abastecimento de água nos imóveis localizados nos Residenciais Sigefredo Pacheco III, Bosque Sul e Judite Nunes, onde vivem cerca de 3.000 famílias. Da audiência, participaram também as empresas Águas e Esgotos do Piauí (Agespisa) e Eletrobrás Piauí e, ainda, a Caixa Econômica Federal (CEF).

Após intensa negociação, a conciliação foi obtida com pagamento inicial de R\$ 5 milhões por parte da Agespisa, além de o compromisso de que a empresa pagasse as parcelas atrasadas desde setembro de 2016. Confira a íntegra dessa matéria no portal do Tribunal, em "Notícias".